

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA Nº 129, DE 30 DE ABRIL DE 2026**COMITÊ DE INVESTIMENTOS – IPASP**

Às dez horas do dia trinta de abril de dois mil e vinte e seis, na sede do IPASP, reuniu-se o Comitê de Investimentos, com a presença do Senhor Antônio Carlos Schiavon, Presidente do Instituto, da Senhora Márcia Adriana Rodrigues, Assessora de Ampla Assistência, do Senhor Leonardo Rombola de Souza Martins, Gestor dos Recursos Financeiros do Regime Próprio de Previdência Social, do Senhor Marcel Gustavo Zotelli, Conselheiro do Instituto e do Senhor Douglas Sarti Toledo, Conselheiro do Instituto. A presente reunião teve a seguinte pauta: **discussão sobre o cenário econômico; resultados do mês anterior; alocações e realocações de recursos; acompanhamento dos investimentos recentes.** O Gestor de Recursos abriu a reunião informando que os documentos pertinentes à pauta — Parecer Mensal do Comitê de Investimentos, Relatório Analítico de Investimentos, Parecer Econômico da Consultoria e Cartas de Estratégia Mensal de instituições de referência — foram disponibilizados previamente a todos os membros via *e-mail*, sendo que a sessão teve início com a exposição do desempenho da carteira relativo ao mês anterior, seguida por uma análise detalhada do cenário macroeconômico vigente na qual se destacou que, em **março**, o ambiente global sofreu um choque de oferta com a escalada do conflito no Oriente Médio e o bloqueio do Estreito de Ormuz, levando o petróleo Brent a superar os US\$ 100 e reacendendo o temor de estagnação. Essa conjuntura de maior percepção de risco forçou o Federal Reserve a manter a cautela, estabilizando os juros entre 3,50% e 3,75%, o que resultou em fortes correções nos ativos globais, como o S&P 500 (-5,09%) e o BDRX (-3,67%). No Brasil, o IPCA de 0,88% acima do esperado e as projeções elevadas no Boletim Focus ampliaram a desancoragem das expectativas. Embora o Copom mantenha o foco no horizonte relevante de longo prazo, a ata do comitê destacou que a persistência inflacionária e os riscos geopolíticos exigem maior prudência, resultando em um corte conservador da Selic, que passou para 14,75%. Esse cenário provocou uma abertura acentuada na curva de juros, penalizando a renda fixa: enquanto o CDI rendeu 1,21%, o IMA-B teve alta contida de 0,17% e o IRF-M recuou -0,59%. O Ibovespa, que operou em forte queda durante o mês, recuperou fôlego nos últimos dias com expectativas de acordos e fechou em -0,70%. Com isso, o Instituto rendeu 0,55% no mês, abaixo da meta de 1,37%, o acumulado anual fechou em 3,12% contra uma meta necessária de 3,31%. Após esclarecimentos do cenário econômico e análise de resultados anteriores, determinou-se consensualmente que as **Contribuições Previdenciárias** do fundo de **repass**e permanecerão nos ativos atrelados ao CDI, ativos de baixo risco e alta liquidez, sendo eles SANTANDER DI TP, BB TESOURO SELIC e CAIXA TP. As Contribuições Previdenciárias do fundo de **reserva** serão aplicadas também nos mesmos ativos e serão realocadas posteriormente e proporcionalmente nos fundos SANTANDER IMA-B5 e parte no fundo renda fixa internacional definida. Na sequência, foi informado aos membros sobre a efetivação das alocações e realocações **decididas anteriormente**: as contribuições previdenciárias dos fundos de repasse (R\$ 1.919.000,00 e R\$ 256.499,89) e reserva (R\$ 4.914.640,37 e R\$ 480.996,81) foram devidamente alocadas nos fundos SANTANDER DI TP e CAIXA TP. Em 15/04, foram executadas as realocações pendentes das atas de fevereiro e março: das contribuições de fevereiro, R\$ 1.500.000,00 foram destinados ao fundo SAFRA IMA, R\$ 1.500.000,00 ao CAIXA IMA-B e o remanescente ao SANTANDER IMA-B5. Quanto às contribuições de março, alocou-se R\$ 2.600.000,00 no BB IDKA IPCA 2A e o saldo residual também no SANTANDER IMA-B5, totalizando um aporte de R\$ 5.619.264,42 neste último. Os rendimentos dos fundos SAFRA SMALLCAP e ITAÚ PHOENIX (R\$ 652.178,40), que estavam no SANTANDER DI, foram integralmente realocados no SANTANDER AÇÕES DIVIDENDOS. Ainda em 15/04, em linha com a estratégia de redução de exposição ao CDI ante a trajetória da Selic — ressaltadas as volatilidades de curto prazo — procedeu-se com a realocação de R\$ 3.000.000,00 do SICREDI LIQUIDEZ EMPRESARIAL e R\$ 3.000.000,00 do SANTANDER DI TP para o fundo SICREDI IRF-M1. Esta movimentação atua como 'ponte' para prazos maiores e observa o novo enquadramento do Art. 7º, I, da Resolução CMN 5.272/2025. Por fim, registrou-se que os Cupons de Títulos Públicos e a Letra Financeira Daycoval (vencida em 16/03), bem como os saldos destinados ao fundo de dividendos (incluindo o remanescente do CAIXA CAPITAL PROTEGIDO no valor de R\$ 2.686.326,41), aguardam a conclusão das etapas de realocação conforme deliberado. Referente às **alocações e realocações posteriores**: em **renda fixa**, confirmou-se que as realocações previamente deliberadas, referentes aos recursos provenientes de cupons de títulos públicos e de vencimentos de Letras Financeiras, ainda não foram integralmente executadas. Tais recursos permanecem, no momento, alocados no fundo SANTANDER DI TÍTULOS PÚBLICOS, em caráter transitório. Adicionalmente, examinou-se as Taxas de Títulos Públicos Anbima e observou-se que as taxas permanecem em patamares elevados e atrativos. Tal dinâmica reforça a importância de uma alocação criteriosa, com adequada avaliação de *duration* e pontos de entrada, especialmente em estratégias como IMA-B5, gestão ativa ou vértices intermediários, conforme condições de mercado no momento da execução. Dessa forma, as realocações seguem mantidas como diretriz do comitê, condicionadas à consolidação do entendimento regulatório, à validação junto à consultoria e à observação de janelas de oportunidade em termos de taxas, visando otimizar a relação risco-retorno das alocações. Ademais, o Gestor de Recursos informou ao Comitê que, visando a estrita conformidade com as diretrizes da Resolução CMN nº 5.272/2025, conduziu um processo de prospecção junto às principais instituições financeiras dos segmentos S1 e S2, devidamente

credenciadas pelo Instituto. O objetivo da consulta foi angariar propostas para o serviço de custódia de títulos públicos, priorizando os critérios de segurança institucional e eficiência de custos operacionais. Dentre as instituições consultadas, o BTG PACTUAL e a XP INVESTIMENTOS apresentaram propostas com isenção total de taxa de custódia (taxa zero), conforme evidências de e-mails e registros compartilhados com os membros deste Comitê. Após análise técnica detalhada, deliberou-se pela transferência da custódia — atualmente vinculada à BGC Liquidez — para o BTG PACTUAL. A decisão fundamenta-se, primordialmente, na classificação do BTG Pactual como banco S1. Tal enquadramento atesta o mais elevado grau de importância sistêmica e robustez patrimonial no sistema financeiro nacional, oferecendo padrões superiores de governança, mitigação de risco operacional e segurança institucional. A solidez de balanço da instituição confere maior resiliência à guarda dos ativos. Complementarmente, informou-se que, no dia 28/04, foi realizada uma videoconferência com a participação de Mariana (relacionamento RPPS do BTG Pactual) e os membros do Comitê, Leonardo, Márcia Adriana e Antonio Carlos Schiavon. Na ocasião, foram pormenorizados os procedimentos operacionais para a migração dos ativos, as funcionalidades da plataforma de gestão e os fluxos de liquidação, assegurando total transparência e segurança jurídica ao processo de transição. **Em renda variável**, decidiu-se pela manutenção da classe. Compreendeu-se que, embora tais ativos ainda apresentem espaço para valorização, possuem maior sensibilidade a movimentos de aversão a risco e reprecificação de ativos — como observado no cenário corrente, diante de conflitos internacionais e sinalizações de política monetária restritiva pelo FED —, o que amplia o risco de perdas patrimoniais em caso de reversão macroeconômica. Enfatizou-se que a atual subalocação da carteira em relação à Política de Investimentos e ao Patrimônio Líquido mitiga impactos relevantes de movimentos corretivos no resultado consolidado a longo prazo. A exposição atual mostra-se adequada e ligeiramente abaixo dos parâmetros estratégicos. Eventuais movimentações de saída, neste momento, poderiam implicar desalinhamento com a alocação de longo prazo e renúncia ao potencial de recuperação, configurando uma postura excessivamente defensiva diante de uma volatilidade de natureza predominantemente conjuntural. **Em investimentos no exterior**: ratificou-se a decisão de realocação dos recursos do fundo SANTANDER GLOBAL EQUITIES para o ITAÚ WORLD EQUITIES, com formalização prevista para a brevidade técnica necessária. Complementarmente, deliberou-se pela prospecção de novos produtos para ampliar a diversificação internacional — com foco em Renda Fixa Global e Multimercados — visando mitigar riscos cambiais e diversificar as fontes de retorno geográfico. Após análise técnica favorável da consultoria sobre os fundos ITAÚ US TREASURY e ITAÚ INFLAÇÃO AMERICANA, o Gestor de Recursos avaliará a estratégia de longo prazo mais eficiente para esta classe de ativos. Os aportes serão provenientes de resgates em fundos de liquidez (CDI) e de realocações na própria classe de investimentos no exterior, respeitando-se os limites da Resolução vigente. No geral e sobre as demais classes de ativos, constatou-se que a carteira permanece enquadrada nas normas legais e regulamentares, adequada ao perfil de risco estabelecido e compatível com o cumprimento da meta atuarial e condizente com as estratégias-alvo da Política de Investimentos. As realocações decididas em atas anteriores seguem válidas, e serão realizadas a depender do cenário econômico e do enquadramento à Resolução CMN nº 5.272. Nos **próximos meses**, o cenário global será pautado pela guerra entre Israel-EUA e Irã, que gerou um choque logístico e elevou o petróleo Brent. A Monte Bravo (CARTA MENSAL) destaca que a interrupção do equilíbrio entre crescimento e inflação pressiona ativos de risco, embora o S&P 500 ainda apresente resiliência frente a bolsas europeias e asiáticas, mais vulneráveis à crise energética. No Brasil, o Ibovespa enfrenta maior volatilidade devido à aversão ao risco global, enquanto o PIB pode ser afetado pelo encarecimento de fretes e insumos. A inflação (IPCA) para 2026 saltou para 4,86% no último Boletim Focus (24/04), distanciando-se da projeção anterior de 4,31%. Diante desse cenário macro, o FED manteve os juros (3,5% a 3,75%, 29/04) devido à inflação resiliente e incertezas da guerra no Oriente Médio, enfrentando impasses sobre o tom da comunicação e pressões políticas. Já o Copom reduziu a Selic para 14,50% (29/04), justificando que os juros contracionistas já desaceleraram a economia, apesar do desafio da inflação acima da meta e do câmbio pressionado pelo cenário global. Embora a tendência de queda do dólar observada no ano possa se reverter caso o diferencial de juros diminua e o FED decida elevar as taxas ante o choque inflacionário, as recomendações das instituições e bancos analisados enfatizam a blindagem via títulos indexados à inflação e liquidez no CDI para assegurar as metas atuariais. No plano global, a tática exige reduzir o risco em geografias vulneráveis ao choque energético (Ásia emergente) e utilizar a exposição cambial apenas como proteção, evitando que o dólar seja o principal motor de risco neste cenário volátil. Sobre *enquadramento de fundos* à Resolução vigente: informou-se que, conforme comunicação oficial recebida da própria instituição financeira, o BANCO DAYCOVAL está em processo de elevação para o rating S2. Essa mudança regularizará o enquadramento dos fundos TARPON GT e GUEPARDO, além da LF DAYCOVAL 2029 — que, embora já amparada pelo desenquadramento passivo, terá sua conformidade consolidada. Ademais, o Instituto mantém monitoramento contínuo de outros cenários de desenquadramento passivo, especialmente em fundos com mais de 50% do PL em RPPS, garantindo a aderência à Resolução CMN 5.272/2025 e a segurança jurídica das manutenções em carteira. Por fim, não houve convocação de *assembleias*, porém comunicou-se sobre *atualização* de informações de fundos, a saber: atualização do regulamento do fundo SICREDI IRF-M1. Conforme deliberado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de fevereiro de 2026, a política foi alterada para vedar a aquisição de



Instituto de Previdência e Assistência Social dos Funcionários Municipais de Piracicaba

ativos financeiros de renda fixa de emissão privada ou de entes públicos que não a União Federal. Com o estabelecimento deste limite de 0% para crédito privado, o fundo passou a observar as condições para enquadramento no Art. 7º, inciso I, da Resolução CMN, consolidando a sua natureza de fundos de renda fixa 100% títulos públicos. No que se refere aos *fundos estressados*, informou-se a ausência de atualizações para os fundos ROMA e GERAÇÃO DE ENERGIA FIP. No que tange ao fundo HAZ, registrou-se o recebimento de dividendos em 09/04, no montante de R\$ 2.398,41, realocado no fundo SANTANDER DI TP. Em relação ao fundo TREND BANK, comunicou-se a publicação do relatório dos auditores independentes referente às demonstrações financeiras do exercício 2024/2025. Para mais, não houve *credenciamento* de instituições. Foram solicitadas análises de fundos à consultoria de investimentos: BB FLUXO SOBERANO RF PREVIDENCIÁRIO CP (63.197.387/0001-38), com parecer favorável para aportes; e os fundos ITAÚ US TREASURY (35.727.513/0001-83) e ITAÚ INFLAÇÃO AMERICANA (35.727.449/0001-30), ambos com status positivo para investimentos pela consultoria. Adicionalmente, foram relatados os *encontros* realizados e as respectivas pautas de investimentos apresentadas pelas instituições: TRADEMATE, acerca da plataforma de negociação de títulos públicos (B3); SANTANDER, TOOLS, com foco em macroeconomia global; ITAÚ ASSET, apresentando sugestões de alocação; TARPON GT e GUEPARDO, em reuniões sobre demonstrações de resultados; e BTG PACTUAL, tratando especificamente sobre o processo de transferência de custódia de títulos públicos. Por último, os membros aprovaram os resgates para pagamento de benefícios e as aplicações realizadas referentes ao mês de março de 2026. Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião, para a qual eu, Leonardo Rombola de Souza Martins, lavrei por mim e pelos membros.

Antônio Carlos Schiavon
Presidente do IPASP

Márcia Adriana Rodrigues
Assessora de Ampla Assistência

Leonardo Rombola de Souza Martins
Gestor de Recursos Financeiros

Douglas Sarti Toledo
Conselheiro do IPASP

Marcel Gustavo Zotelli
Conselheiro do IPASP